

Concentração fundiária e dominação no campo – as relações sociais estancieiras no Rio Grande do Sul e as práticas do coronelismo

Felipe Ferrari da Costa¹

1. Introdução

Analisando os processos de dominação no campo brasileiro durante a República Velha (1889-1930), Victor Nunes Leal (1975) apresenta o conceito de “coronelismo”, compreendido como um processo de dominação social, que teria como base a concentração fundiária, seria datado historicamente, representando um momento específico de uma das principais práticas da política tradicional brasileira - o mandonismo - e correspondendo ao momento em que os senhores de terra teriam começado a perder força, recorrendo ao poder dos governos estaduais. Embora inscrito num período de fortalecimento do poder público em relação aos poderes privados, o coronelismo gera a permanência do atraso local, da pobreza e da desigualdade, afastando o Estado da promoção do bem-estar social (Carvalho, 1995; Leal, 1975).

Neste processo, havia a conformação de uma dupla relação interdependente entre atores e grupos sociais: de um lado, na relação de troca de favores entre os agentes do poder público e os chefes políticos locais, notadamente os grandes proprietários de terra; e, de outro, nas relações de dominação constituídas entre estes chefes locais e seus subordinados. Desta forma, objetiva-se neste artigo analisar as relações sociais de dominação no espaço social estancieiro do estado do RS durante o período da República Velha à luz do conceito de coronelismo, conforme apresentado por Leal (1975). Metodologicamente, efetuaram-se consultas à literatura existente sobre o tema.

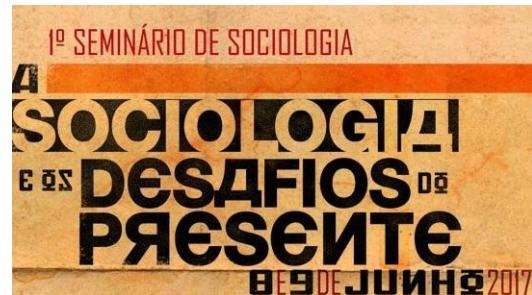
¹ Mestrando de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), f_costa08@hotmail.com;

2. O coronelismo no Rio Grande do Sul: concentração fundiária, troca de favores e subordinação pessoal

No RS a base da formação do latifúndio foi a pecuária extensiva. O gado produzido foi subsidiário das principais lavouras brasileiras de exportação, a partir do século XVIII, inicialmente com o comércio do gado em pé e, posteriormente, com a carne de charque. A região da Campanha Gaúcha se constituiu como principal centro econômico da província e os estancieiros construíram prolongada hegemonia política (Da Ros, 2006; Prado Jr, 2011).

É importante perceber que os processos de dominação social verificados nas estâncias gaúchas e que foram base do sistema coronelista durante a República Velha, originam-se fortemente da subordinação de “homens livres pobres” (Castro, 1987) ao grande domínio fundiário no estado. As relações de dominação se aprofundam com a Lei de Terras em 1850 e o cercamento dos campos nos anos 1870 e com a impossibilidade de migração dos setores subordinados da estância para as áreas de florestas, localizadas ao norte do estado, ou para as regiões industriais, devido à ocupação destes espaços pelos imigrantes europeus (Piccin, 2012, p. 57). Neste sentido, a concentração fundiária e o desenvolvimento de relações de dependência pessoal dos peões de estância em relação aos estancieiros – baseadas na lógica do favor - foram as principais condições para o desenvolvimento do coronelismo no RS.

Os estancieiros utilizavam alguns mecanismos para intensificar a dependência e a exploração de seus subordinados. O principal deles era constituir os peões como simples *moradores*, ao invés de serem trabalhadores regularmente remunerados. Em alguns casos o pagamento do trabalho era realizado em mercadoria ou havia a inserção da albergagem e da alimentação no próprio salário. Também era comum a constituição de dívidas dos peões para com as estâncias, as quais constituíam um sentimento moral que prendia o peão aos domínios dos senhores de terra. Esses laços de dominação social também envolviam o recrutamento dos subordinados da estância para questões militares, quer dizer, na



formação de exércitos particulares para o estancieiro nos diversos conflitos da época (Piccin, 2012, pp. 68-70, 88).

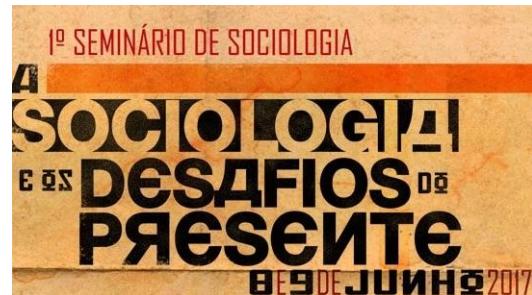
Além de representar um processo de dominação das elites locais sobre seus subordinados, o coronelismo também está inscrito numa lógica mais ampla de troca de favores entre os chefes políticos locais e o poder político dominante no estado (Leal, 1975, p. 20). No caso gaúcho, destaca-se o apelo das lideranças locais às instâncias do Estado, para garantir o monopólio da terra, o que permitiu a expropriação de antigos posseiros e a garantia da posse da terra aos grandes proprietários fundiários (Piccin, 2012, p. 89).

No coronelismo os chefes municipais governistas, gozavam de ampla autonomia extralegal para cometer atos ilícitos (Leal, 1975, p. 51). Piccin (2012, pp. 126-127) traz o exemplo do contrabando de gado, que beneficiou setores pecuaristas da época, sobretudo, integrantes do Partido Republicano (PRR), ocorrendo com forte negligência das forças políticas dominantes do estado.

Contudo, o coronelismo se assentaria em duas fraquezas: de um lado, na miséria das grandes massas rurais; e, de outro, na fraqueza dos próprios senhores de terra, que se iludiram com um poder local obtido a custa de submissão política aos poderes estadual e nacional (Leal, 1975, p. 56). No RS este panorama pode ser percebido. A economia estancieira foi subsidiária das grandes lavouras brasileiras de exportação até meados de 1930, o que colocou este setor em submissão em relação a outros setores dominantes do país, contribuindo para a crise do charque naquele período (Piccin, 2012, p. 90).

3. Considerações finais

A base desse processo de dominação pessoal, típico do coronelismo, é o monopólio da terra, o qual gera a exclusão social de grandes massas populacionais. As características da formação social do RS favoreceram o desenvolvimento de um modo de dominação coronelista nesta região durante a República Velha. Este processo impediu que o desenvolvimento e a ampliação do poder público representassem, na mesma medida, uma ampliação real da democracia e da



inclusão social. O coronelismo se traduziu como uma fase específica das práticas de mandonismo, tradicionais na história brasileira e, em certa medida, ainda presentes em nossa realidade.

Referências bibliográficas

- CARVALHO, J. M. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual.** 1995. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003. Acesso em 15 de maio de 2017.
- CASTRO, H. M. M. **Ao Sul da História.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- DA ROS, C. A. **As Políticas Agrárias Durante o Governo Olívio Dutra e os Embates Sociais em Torno da Questão Agrária Gaúcha (1999-2002).** Rio de Janeiro, 2006. Tese – CPDA/UFRRJ.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto.** 2. Ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- PICCIN, M. B. **Os Senhores da Terra e da Guerra do Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro.** 2012. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, SP.
- PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.